

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR
Plenário

Ata da reunião

Data/hora: 12/06/2023 | 15h00

Localização: online (plataforma Teams)

Agenda

- 1- Discussão e votação do parecer da CNA-PRR sobre o relatório da EMRP do ano de 2022 (o documento base foi enviado previamente a todos os membros);
- 2- Informações e outros assuntos.

Participantes

Entidade Representada	Nome do representante presente na reunião
ANMP- Associação Nacional dos Municípios Portugueses	
AML- Área Metropolitana de Lisboa	Carla Tavares
AMP - Área Metropolitana do Porto	
ANAFRE- Associação Nacional de Freguesias	Jorge Veloso
CIM Alto Minho	
CIM Alentejo Litoral	
CCDR Norte	Anabela Moutinho Monteiro
CCDR Centro	Representante não identificado
CCDRLVT	
CCDR Alentejo	
CCDR Algarve	
CES- Conselho Económico e Social	Susana Peralta
CGTP- Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional	Tiago Cunha
UGT - União Geral de Trabalhadores	
CIP- Confederação Empresarial de Portugal	Óscar Gaspar
CCP- Confederação do Comércio e Serviços de Portugal	
CAP- Confederação dos Agricultores de Portugal	Cláudia Costa
CTP- Confederação do Turismo de Portugal	
CRUP- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas	
CCISP- Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos	Maria José da Silva Fernandes



CNCTI - Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	
CNIS- Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade	Goreti Teixeira
UMP- União das Misericórdias Portuguesas	
União das Mutualidades Portuguesas	Luís Alberto Silva
CNADS- Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Nuno Ribeiro da Silva
CONFECOOP- Confederação Cooperativa Portuguesa	Joaquim Pequicho
Governo regional da Madeira	
Governo Regional dos Açores	Ana M.F. Reis
CNA-PRR (Presidente)	Pedro Dominginhos
CNA-PRR (Coordenador CE Social)	Carlos Farinha Rodrigues
CNA-PRR (Coordenadora CE Território)	Teresa Marques
CNA-PRR (Coordenadora CE Economia e Empresas)	Leonor Sopas
CNA-PRR (Coordenador CE Clima e Energia)	Júlia Seixas
CNA-PRR (Coordenador CE Clima e Energia e Território)	Álvaro Costa
CNA-PRR (Coordenadora CE Clima e Energia)	João Peças Lopes
CNA-PRR (Coordenador CE Transição Digital)	Rogério Carapuça
CNA-PRR (Chefe de Gabinete do Presidente)	Sandra Pinto
CNA-PRR (Técnico Superior)	
CNA-PRR (Técnica Superior)	
CNA-PRR (Técnico Superior)	

Resumo dos temas tratados, discussões e decisões:

Ponto 1 Discussão e votação do parecer da CNA-PRR sobre o relatório da EMRP do ano de 2022

Iniciada a sessão, decorreu a mesma com as seguintes intervenções:

Pedro Dominginhos- informou o plenário que a proposta de parecer previamente enviada a todos os membros já tinha sido analisada na Comissão Permanente. Quanto ao relatório, o mesmo apresenta melhorias do ponto de vista gráfico, mas não responde à informação sobre a realização material, dando a parecer que tudo corre sobre rodas, ignorando as chamadas de atenção para alguns problemas que a própria CNA-PRR elencou no seu relatório. Também não é efetuada uma apresentação de riscos, nem informação mais detalhada sobre os relatórios e auditorias que têm sido efetuados sobre o PRR, podendo ser mais adequado para um reporte a Bruxelas, mas que apresenta falhas do ponto de vista da avaliação interna.

Rogério Carapuça- reforçou que no parecer anterior, bem como no relatório da CNA-PRR já tinham sido detetados uma série de problemas de conteúdo e o que se verifica agora neste relatório da EMRP é uma melhoria de forma. O formato de apresentação tem um foco no desempenho financeiro, que não serve o intuito de reportar como está efetivamente a correr e não serve para suportar a gestão. Por outro lado, o relatório é anual e não serve os objetivos de deteção atempada e melhoria das situações críticas.



CNA | PRR

B

Isabel Damasceno- Subscrevendo as observações, acrescentou que se o relatório não tiver a informação detalhada, não serve para informar. Deveria ser possível, para quem tem que transmitir informação para o terreno, ter informação fiável para poder responder às questões dos beneficiários finais e conseguir contrapor o que vai sendo passado em registo de contrainformação.

Tiago Cunha- Agradeceu a exposição e o parecer no qual a CGTP-IN genericamente se revê. Deverá ser ainda acrescentado que as insuficiências no relatório, nomeadamente a execução no terreno, para além de não servirem para a gestão, também fazem com que o mesmo não sirva o propósito de informação à população. Para além disso, deverá ser novamente deixada a nota de que a desagregação por NUTS II é insuficiente, pelo que deveria ser densificada informação no território nacional. Também continua a ser insuficiente a informação sobre a dimensão das empresas apoiadas. Para além disso, seria importante que existisse informação do impacto de cada investimento, dando como exemplos: num investimento hospitalar, quantas pessoas serão abrangidas; no caso de projetos de empresas, quantos postos de trabalho são abrangidos. Também continua ausente deste relatório a questão dos indicadores de impacto, o que consideram ter sido aceitável numa fase inicial, mas agora já não.

Susana Peralta- Agradece o parecer com o qual concordam. Considera que será importante que exista uma menção mais explícita à calendarização de 2023. Quanto à questão do questionário de duplo financiamento, é importante chamar a atenção para o facto de ser identificado o benchmarking.

Maria José Fernandes- Corroborou as posições tomadas. Considerou que o relatório incorpora melhorias nalgumas questões, mas continuam a estar ausentes outras. Considera ser uma grande lacuna que o relatório não tenha a informação sobre a maturidade material dos projetos, uma vez que os beneficiários finais são questionados sobre a maturidade dos mesmos, sendo obrigados a um reporte regular, pelo que não se compreende que essa avaliação não seja colocada no relatório.

Pedro Dominginhos- corroborando as anteriores intervenções, acrescentou exemplos de algumas tipologias que deveriam ser reportadas, como o caso das residências estudantis (quantas estão terminadas, quantas estão em curso, quantas camas estão criadas ou reabilitadas). Adiantou ainda que, no caso das visitas ao terreno, tem-se verificado um desconhecimento da parte das autarquias quanto aos investimentos realizados na sua região, o que não se compreende, dando como exemplo, o caso dos centros de saúde, onde é importante que sejam mais transparentes as razões que levaram a ser aprovadas obras de centros de saúde em determinado local e não noutra. Terminou mencionando que está também ausente do relatório as questões relacionadas com a reprogramação (que resultaram da avaliação dos investimentos em curso).

Tendo sido colocado a votação, foi o parecer **aprovado por unanimidade**, sendo de acrescentar as sugestões ainda levantadas durante esta reunião.

Rogério Carapuça- Considerou que será de enviar posteriormente o parecer da CNA-PRR aos órgãos de comunicação social, com o objetivo de que o público fique mais informado, uma vez que ainda não existe website e o linkedin não será a melhor forma de divulgar o mesmo.

Pedro Dominginhos- indicou que tal será efetuado, após o envio à EMRP e tutela.



Ponto 2 **Informações e outros assuntos**

Pedro Dominginhos- Em virtude de ter sido previamente enviado documento com informação detalhada sobre as visitas e os respetivos constrangimentos e obstáculos identificados, colocou espaço à disposição para alguma questão, passando a informar que o website da CNA-PRR já se encontra em preparação esperando-se uma landing page online em breve e que em 2/3 meses haja website final.

Aproveitou ainda para passar as últimas informações obtidas junto de beneficiários intermediários, sobre o ponto de situação dos projetos:

IAPMEI- irá enviar esta semana 184 resultados da descarbonização, sendo que 58 deverão ser reanalisados pelos peritos.

MTSS- até final do mês todas as candidaturas às acessibilidades 360 serão analisadas e posteriormente será lançado novo aviso. No caso dos equipamentos sociais, foi solicitada maior pressa na avaliação de pedidos de alteração por parte dos beneficiários finais, uma vez que não é possível avançar com pedidos de reembolso sem que tal esteja avaliado.

Fundo Ambiental- continuam os atrasos na avaliação da eficiência energética dos serviços. No caso dos edifícios da AP, assim que há candidaturas avaliadas, as entidades estão a receber informação para que possam avançar (só é possível este formato porque a verba global chega para todas as candidaturas).

Agência Erasmus+ - Será pago nos próximos dias um adiantamento de mais 20%

IFAP- foi comunicado que iriam aumentar a percentagem dos adiantamentos, pois apenas realizaram 5% do valor dos projetos.

Isabel Damasceno – felicitando o Senhor Presidente da CNA-PRR por se desdobrar pelo território, considerou que só dessa forma se tem conseguido chegar a esta informação detalhada sobre os problemas, que é importante que chegue também à EMRP. Considerou ainda que, tendo em atenção que esta lógica de estrutura e arquitetura de governação é diferente e inédita, não seria despropositado que a CNA-PRR propusesse uma apresentação por cada uma das CIMs, para dar a conhecer este funcionamento diferente e a forma como funciona, para que no território haja este conhecimento, propondo também que essa articulação possa ser feita com a EMRP.

Pedro Dominginhos- Informou que, após cada visita ao terreno, efetua o reporte a cada área governativa, correndo até o risco de ser considerado para lá do seu papel e competências, no entanto tem encontrado problemas que aparentam não estar previamente identificados, sendo de áreas distintas da esfera de intervenção dos beneficiários intermediários, mas que podem colocar em causa os investimentos. Deu como exemplos: constrangimentos identificados na Guarda, com um problema da falta de licenças para a injeção na rede elétrica; ou com a situação de empresas a quem os



CNA | PRR

fornecedores estão a exigir adiantamentos (na compra de equipamentos) acima dos 50%. Também considerou que é muito importante ter respostas céleres para todos os beneficiários finais, sendo que a pior desculpa que se pode dar é de que a gestão das candidaturas e projetos é dos beneficiários intermediários, devendo também caber à EMRP essa função. Em último caso, os beneficiários finais deverão ter uma resposta a dizer que o projeto está a ser avaliado e que se estima ter resposta em determinado tempo. Informou ainda que há várias entidades neste momento que já estão no terreno a fazer visitas, como é o caso, designadamente, da DGES, do IAPMEI, do IHRU e da agência ERASMUS+, mas será necessário que mais entidades realizem estas visitas, pois é preciso um maior contacto com os beneficiários finais, bem como prestar-lhes toda a informação necessária.

Teresa Marques- Considerou que o documento enviado previamente é bastante útil e permite perceber o que se faz, sendo também importante que essa informação seja enviada às entidades diretas ou intermediárias e que haja follow up. Quanto ao envio de informação financeira pela CNA-PRR, mantém as dúvidas sobre a fiabilidade dos dados, realçando o facto do relatório da EMRP só disponibilizar dados agregados à NUTS II, questionando se isso se deverá ao facto da EMRP considerar que não têm dados fiáveis à NUTS III. Por esse motivo tem dúvidas se a CNA-PRR deverá disponibilizar esses dados ou se deveria ser a EMRP a fazê-lo, por ser quem a produz.

Pedro Dominginhos- a informação que a CNA-PRR tem dá confiança nessa informação, sendo de extrema importância que os membros da CNA-PRR a tenham, sem prejuízo de se solicitar à EMRP para a disponibilizar publicamente. A informação que se pretende disponibilizar, designadamente os investimentos por concelho e componente, está disponível no Portal de Transparência. O que a CNA-PRR faz é uma sistematização da informação.

Cláudia Costa- Agradece a disponibilização da informação antecipada, que permite melhor avaliação. Dispondo de muito pouca informação acerca do BuPi, os constrangimentos que chegam do terreno são ao nível do registo na conservatória, que conclui o registo do cadastro, o que pode impedir a identificação de parcelas no sistema do parcelário do IFAP, com consequências no recebimento de apoios financeiros pelos agricultores. Questionou que diligências se podem fazer ou vir a fazer para eliminar os problemas.

Pedro Dominginhos- No caso do BUPI identificou-se claramente o risco de que algumas autarquias não consigam continuar a fazer este registo por falta de apoio financeiro (quer para contratarem empresas para o fazer, quer para suportarem RH), sendo que a população mais idosa terá muito mais dificuldade em fazê-lo. Falou com o Secretário de Estado da Justiça solicitando que possa ser equacionado apoio para que as autarquias continuem os registos. Este é um problema que não afeta somente a agricultura, mas



também as AIGP e os condomínios de aldeia, uma vez que obrigam à existência de um mínimo de registo no BUPi para serem elegíveis. O Senhor Secretário de Estado informou que está a negociar com a EMRP a criação de um apoio no PRR para financiar as autarquias para continuidade deste projeto. Foi ainda transmitida a preocupação com o tempo que demora a registar os terrenos no âmbito de algumas conservatórias. Esta questão foi ainda falada com o Presidente do IFAP, por causa do problema da não atribuição de apoios.

Nuno Ribeiro da Silva (CNADS)- não tendo tido possibilidade em juntar-se no início da reunião deixa os seus comentários. O parecer está no ponto certo, sendo o objetivo guiar e aumentar a performance deste programa. É necessário fazer um conjunto de ajustes ao relatório para se conseguir compreender exatamente o ponto de situação dos projetos.

Álvaro Costa – Manifestou a sua preocupação com as estatísticas que a CNA-PRR possa publicar, dando a ideia de que os dados trabalhados são seus, pelo que, tal como em avaliações passadas, considera que não deve ser a CNA-PRR a passar esta informação, e que deveria ser a EMRP a produzir essa informação e que a CNA-PRR deve só avaliar.

Pedro Dominginhos- Relativamente ao ponto anterior informou que iria avaliar essa questão e daria nota posteriormente.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião terminou pelas 16h10.

Lisboa, 12 de junho de 2023

Pedro Dominginhos
Presidente da CNA-PRR

Sandra Pinto
Chefe de gabinete do Presidente da CNA-PRR

Reunião Plenária da CNA / 12 de junho de 2023

Informações

Assunto	Observações
1. Reunião Senhor Primeiro-ministro e Ministros 'Coordenadores'	Após 08/02/2023 não houve nenhuma reunião com a comissão interministerial.
2. Acesso aos avisos	<ul style="list-style-type: none">• Desde a entrada a vigor da orientação técnica que permite ao Presidente da CNA-PRR comentar e sugerir melhorias aos novos avisos de concursos em preparação, já foram avaliados 16 avisos. Em todos houve comentários ou sugestões, procurando o Presidente da CNA envolver os membros da Comissão Permanente ou consultar outras entidades (membros da CNA ou externos), para uma melhor intervenção. Nos casos em que houve também lugar a perguntas, a EMRP contactou os beneficiários intermediários e enviou posteriormente os esclarecimentos.• Está publicado um plano de avisos no site da Estrutura de Missão Recuperar Portugal. No acompanhamento que a CNA-PRR está a efetuar verifica-se que vários dos avisos previstos não estão a ser publicados nas datas previstas. Este é um aspeto que tem de ser melhorado, de forma a garantir maior previsibilidade aos beneficiários finais.
3. Elaboração de documentos de monitorização	A equipa técnica da CNA-PRR tem efetuado mensalmente um relatório de acompanhamento do PRR, que é utilizado apenas internamente. No decurso desse trabalho, têm sido identificadas algumas necessidades de melhoria na base de dados da EMRP, que têm sido reportadas e corrigidas, embora ainda subsistam algumas alterações. Também foi criado um modelo de documento em formato excel, com os dados financeiros respeitantes a cada CIM (inclui os projetos registados no SAM, com os valores aprovados, contratados e pagos, à data do último dia do mês, a beneficiários finais) e que têm servido de apoio às respetivas visitas ao terreno. Sendo uma



8

	<p>informação que tem sido unanimemente considerada de extrema importância e solicitada pelas CIM, irá passar a ser atualizada e enviada a cada uma, a cada 3 meses. O primeiro envio deverá ocorrer no mês de junho (referente a 31/05/23).</p> <p>No dia 02 de junho foi efetuada a primeira reunião de trabalho com a empresa que irá implementar o website. Os trabalhos encontram-se a decorrer estando previsto o lançamento de uma landing page (com informação básica) dentro de 2 semanas, estando já em fase final a proposta de textos e organização do website.</p>
4. Website da CNA	
5. Visitas ao terreno	<ul style="list-style-type: none">• Visita para acompanhamento dos investimentos da Barragem do Pisão, com deslocação ao local de construção da mesma e apresentação do projeto de rega• Visita ao Algarve, para acompanhamento de investimentos nesta região.• Visita à CIM Viseu Dão Lafões, para acompanhamento de investimentos nesta região.• Visita à CIM Alentejo Central, para acompanhamento de investimentos nesta região.• Visita à CIM da Região de Leiria, para acompanhamento de investimentos nesta região.• Visita à CIM da Lezíria do Tejo, para acompanhamento de investimentos nesta região.• Visita às CIMs das Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega e Barroso, para acompanhamento de investimentos nesta região.• Reunião com os Presidentes de Câmara da CIM da Lezíria do Tejo• Visita ao ISCTE Sintra, com a presença da Reitora e Vice-Reitor do ISCTE, Diretor do ISCTE Sintra e outros membros da equipa, Diretor-Geral e Sub-Diretora Geral da DGE5,• Visita aos Municípios de Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande para acompanhamento de investimentos na área das florestas.• Visita ao Politécnico de Beja para acompanhamento dos projetos aprovados.• Visita à CIM das Beiras e Serra da Estrela, para acompanhamento de investimentos nesta região.

<p>6. Principais problemas/dúvidas levantados durante as visitas ao terreno</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Falta clarificar o mecanismo do IVA (IES, Autarquias) • Plataforma da ANI ainda não está em funcionamento para reporte de despesas; o manual ainda não foi disponibilizado; o adiantamento de 10% só será disponibilizado após carregamento das despesas com pessoal incorridas. • Falta clarificar se os equipamentos adquiridos serão considerados pelo seu valor global ou pela amortização (AM) • Falta clarificar a possibilidade de transferência de verbas entre rubricas de despesas (AM, Impulsos) • Falta modelo de acompanhamento na Missão Interface • Falta de resposta a dúvidas e pedidos de informação colocados (Fundo Ambiental, IFAP) • BUPI – não reconhecimento para efeitos de iSIP (sistema de identificação parcelar) • BUPI- impossibilidade de receber apoios de subsídios (p.ex. gásóleo verde) caso não tenha identificação bupi • Falta clarificar a valorização dos serviços prestados no âmbito do DIH • Demora na assinatura de pareceres dos Ministérios de tutela, para a aquisição de imóvel (Impulso) • Plataforma ainda não disponível; dúvidas várias sobre execução ainda não respondidas (Fundo Ambiental, no âmbito dos projetos da C12-Bioeconomia) • BUPI- constrangimentos na fase posterior de registo na conservatória, devido ao valor do registo (apenas o 1º é gratuito) • BUPI- constrangimentos vários para a identificação dos prédios florestais • Acessibilidade 360º- atrasos na avaliação e comunicação de resultados • Plataforma para submissão de despesa ainda não está disponível (ACSS) • Dúvidas sobre que investimentos vão ser considerados em área hospitalar, no âmbito da reprogramação • Reporte de atrasos na informação sobre os planos de obras, que atrasam os cadernos de encargos e os concursos (ARS e ACSS) • AAR- CER: dúvidas sobre como vai ser injetada a energia na rede (falta procedimentos); modelo de governação da CER (DGEG)
--	---

	<ul style="list-style-type: none">• Agendas Mobilizadoras – atraso na assinatura de algumas agendas, por indefinição do DNSH; impossibilidade de submissão de despesas por indisponibilidade da plataforma.• Atraso nos resultados dos projetos de descarbonização (tipo B);• Atraso nos resultados dos investimentos da eficiência energética dos edifícios
7. Reuniões de acompanhamento	<ul style="list-style-type: none">• Foram realizadas reuniões com o Senhor Secretário de Estado do Planeamento, numa base quinzenal, para analisar o desenvolvimento e perceber os principais desafios que se colocam na implementação do PRR.• Realização de reuniões da Comissão Permanente com periodicidade mensal• Reunião solicitada pela Embaixada da Alemanha, com o objetivo de perceber o modelo de governação do PRR em PT, nomeadamente as intervenções e competências da CNA-PRR• Presença na Fundação de Serralves na assinatura de termos de aceitação no âmbito das Agendas Mobilizadoras• Reunião a pedido da CPPME para apresentar as principais preocupações das MPME no acesso ao PRR• Apresentação do ponto de situação do PRR pelo Governo ao Presidente da República. A CNA-PRR esteve também presente para responder a algumas questões colocadas pelo PR e pela sua casa civil.• Audição na Assembleia da República, a pedido da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação. Apresentação das conclusões do relatório de 2022 e resposta a questões dos deputados.• Reunião a pedido da CNA-PRR para analisar o ponto da situação da execução do projeto do ISCTE, no âmbito dos programa Impulso STEAM Jovem, Impulso Adulto e Construção de Residências.• Visita a Agenda Mobilizadora Altri em Constância, para acompanhamento do Senhor Primeiro-Ministro• Presença na apresentação do projeto Arco Ribeirinho Sul, no Barreiro• Acompanhamento da apresentação dos consórcios de inovação da rede nacional de test beds (em conjunto com Primeiro-Ministro e Presidente da República), em Aveiro

	<ul style="list-style-type: none"> • Participação no evento nacional de apresentação intercalar dos projetos Impulsos Adulto e Impulso STEAM jovem, em Aveiro • Reunião com o Presidente do IPAMEI para ponto de situação dos projetos das Agendas Mobilizadoras e Descarbonização • Visita de acompanhamento à Academia do Ensino Superior em Mafra, promovida pelo IP Tomar e IP Santarém • Reunião com a Diretora-Geral das Atividades Económicas, Sub-Diretora e Chefe de Serviços sobre programa dos Bairros Comerciais Digitais e Aceleradoras de Comércio Digital. • Reunião com a SPMS sobre o desenvolvimento dos projetos da Digitalização da Saúde. • Participação na assinatura dos contratos das Creches, equipamentos sociais, em Fátima • Reunião com a Ciência Viva para acompanhamento do investimento Clubes de Ciência. • Participação na Assembleia Geral da AM InsectERA e visita ao stand na Feira Nacional da Agricultura em Santarém
<p>8. Presença nos OCS e intervenções públicas (Presidente da CNA-PRR)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Orador em conferência CGD-KPMG “O PRR e outros estímulos à Economia-balanco e perspetivas” • Presença na Abertura da Semana da Empregabilidade do Politécnico de Setúbal, que contou com a participação da Ministra Ana Mendes Godinho • Orador no Fórum de Líderes promovido pela Revista Human • Presença na conferência e na sessão solene da comemoração dos 186 anos da AIP • Orador no seminário do Banco de Fomento Roadshow, realizado na AEP, em Leça da Palmeira • Orador no evento do Think Tank (ISEG): PRR: como medir o seu impacto? • Reunião no Politécnico do Porto, para discussão do desenvolvimento dos projetos promovidos por esta IES; orador em conferência organizada pelo IPP sobre aplicações dos Fundos Europeus e PRR; Presença na sessão de lançamento da primeira pedra da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras do IPP

8

	<ul style="list-style-type: none">• Orador na conferência IGF intitulada “Sustentabilidade e bom governo: novas perspetivas para a auditoria” (Lisboa)• Orador no seminário da Europe Direct intitulado “ NextGenEu: o PRR aplicado no Minho” (Braga)• Orador na Conferência Sobre Riscos e Cidadania em Setúbal• Orador no seminário sobre Transição Digital na saúde, promovido pela SPMS, (Lisboa, Teatro Thalia)• Orador na conferência Executive Digest intitulada “As oportunidades que Portugal não pode desperdiçar” (Lisboa, Culturgest)• Orador no 32º Congresso da APDC.• Audição no CES sobre desenvolvimento da execução do PRR.• Entrevista à TSF e Dinheiro Vivo.• Gravação do Podcast Moneris/TSF.• Participação em Mesa Redonda sobre Inovação e Sustentabilidade no Politécnico de Setúbal, enquadrada na 4ª Conferência Internacional sobre a Qualidade, Inovação e Sustentabilidade (ICQIS).• Entrevista à equipa de avaliação intermédia do PRR promovida pela Comissão Europeia (2 sessões).• Participação no Seminário de homenagem a João Salgueiro, promovido pela Ordem dos Economistas e pela SEDES
<p>9. Reprogramação do PRR</p>	<ul style="list-style-type: none">• Foi entregue no dia 26 de maio a proposta de atualização e reprogramação do PRR. A proposta contempla um conjunto de novos investimentos, quer de reforço de ambição, que implicam novos marcos e novas metas. Incorpora ainda novos marcos e novas metas no âmbito do RepowerEU. Estas propostas visam responder ao incremento do valor do PRR, decorrente da revisão do valor do PIB de 2021 (acréscimo de 1.634 M€) e do RepowerEU (785 M€, que inclui 81M€ dos fundos do Brexit). Esta proposta inclui novas metas e marcos (passam de 341 para 501) e também novas reformas. O documento pode ser encontrado <u>agui</u>.• A reprogramação inclui ainda um reforço de verbas nos investimentos onde a construção possui um peso relevante, em consequência do aumento dos preços das matérias-primas e da disrupção das cadeias de abastecimento. Em

	<p>termos médios, este reforço ronda os 19%, decorrentes de metodologia desenvolvida e validada pela Comissão Europeia. No caso em que os reforços possam não cobrir a totalidade dos custos, pode existir recursos a verbas do Orçamento de Estado. Este reforço implica o recurso a um montante adicional de empréstimos. No total, a proposta entrega faz crescer o valor do PRR para 22,2 mil milhões de euros.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O governo referiu ainda que pode mobilizar a totalidade dos empréstimos, decisão que tem de ser tomada até 31 de agosto de 2023. • Espera-se que a decisão da Comissão Europeia decorra até final de julho de 2023. Após esta decisão, perspetiva-se a submissão dos 3º e 4º pedido de reembolso.
<p>10. Alteração do dec-lei do modelo de governação da CNA</p>	<p>No Conselho de Ministros de 01/06 “foi aprovado o decreto-lei que procede à alteração modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e clarifica alguns procedimentos de pagamento. O diploma introduz ajustamentos na composição e nas competências dos órgãos de coordenação política, de acompanhamento e de auditoria e controlo do modelo de governação do PRR, no sentido de clarificar os níveis de intervenção de cada um desses órgãos e assegurar a efetiva prossecução das respetivas competências, assegurando a prevenção da duplicação de ajudas, de riscos de conflitos de interesses, da corrupção e fraude e permitindo a adoção, sempre que necessário, das medidas corretivas.”</p> <p>No caso da CNA-PRR espera-se uma densificação das suas competências, designadamente na elaboração de relatórios de monitorização e realização de reuniões com os diferentes tipos de beneficiários, e das funções do Presidente da CNA-PRR.</p>
<p>11. Ofício recebido da CM Esposende</p>	<p>Remete-se em anexo ofício recebido da CM Esposende, dirigido à CNA-PRR, para conhecimento dos membros.</p>



